

**REQUERIMENTO**      **Número**      **/XIV**

(      .ª)

**PERGUNTA**      **Número**      **/XIV**  
(      .ª)

**Assunto:** Depósito ilegal de resíduos de obras e sobrantes sobre linha de água, em Macinhata do Vouga

**Destinatário:** Ministro do Ambiente e da Ação Climática

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, a existência de um depósito ilegal de resíduos, junto à via pública e sobre uma linha de água, na Rua Santo António, freguesia de Macinhata do Vouga, concelho de Águeda. .

No local é possível distinguir resíduos provenientes de obras de construção civil, como tijolos e vigas de cimento, bem como produtos sobrantes da limpeza de estradas e bermas e, ainda, resíduos domésticos de pequenas e grandes dimensões, como eletrodomésticos e colchões.

Segundo a população local, as autoridades competentes foram alertadas, nomeadamente o presidente da Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga.

Para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda este tipo de depósitos ilegais é um fenómeno que não é aceitável e é desejável que não seja permitido. Assim, é imprescindível determinar a origem dos referidos resíduos depositados na via pública, tal como identificar os responsáveis e pugnar pela posterior atuação nos termos da Lei.

Indubitável é, igualmente, a necessidade de despoluir o local, que dada a quantidade de material depositado ilegalmente, aparenta estar assim há vários meses. A despoluição será vital para que o local retome a salubridade desejada pela população.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. O referido depósito ilegal, em Macinhata do Vouga, é do conhecimento do Governo?
2. As autoridades competentes foram notificadas sobre a deposição ilegal de resíduos? Em caso



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

afirmativo, quais as consequências inspetivas?

3. Quais as medidas governamentais que serão implementadas com o fim de impedir a repetição deste crime ambiental?

Assembleia da República, 1 de julho de 2020

**Os deputados**  
**Nelson Peralta e Moisés Ferreira**